


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000007-38.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Veículos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 04/04/2014 21:11:13 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

CLAUDIA FERNANDA BOMBARDA DONATTI propõe ação declaratória contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** aduzindo que foi proprietária de um veículo VW Gol GTi 2000, 1993, placas CBB 4854 de São Carlos-SP, tendo-o vendido em 1997, assinando o documento de transferência. Não sabe o nome do comprador. O comprador desapareceu e não providenciou a transferência do veículo para seu nome, e não paga o IPVA, que está sendo lançado em nome da autora. Sob tais fundamentos, pede o cancelamento do registro do veículo ou bloqueio, assim como declaração de inexigibilidade dos débitos tributários à partir da propositura da presente ação. Juntou documentos (fls. 15/50).

A ré contestou a ação aduzindo, preliminarmente, ilegitimidade passiva tanto quanto ao DPVAT, quanto às multas decorrente de infrações de trânsito que não foram por si lançadas. No mérito, aduziu que a autora é responsável tributária em razão de não ter informado o órgão de trânsito a respeito da transferência.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A preliminar de ilegitimidade de parte há que ser afastada vez que não se discute, nestes autos, matérias referente a DPVAT ou multas de outros entes federativos, e sim questões alusivas à ré (registro do veículo; IPVA).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A ação é parcialmente procedente.

É incontroverso que a autora não procedeu à comunicação, ao órgão de trânsito, a respeito da alienação, como exige o art. 134 do CTB.

A autora não é contribuinte; mas é responsável tributária.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresse a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

Logo, legítimos os lançamentos efetivados contra a autora, não se havendo falar em declaração de inexigibilidade.

Quanto ao pedido de cancelamento do registro do veículo, não há como ser acolhido. Por outro lado, a despeito da responsabilidade da autora pelos débitos, acima reconhecida, há que se dar uma solução (ainda que incompleta) ao fato concreto de que a autora alienou o veículo e não tem condições de efetuar a comunicação do art. 134 do CTB em razão de não dispor dos dados a respeito do adquirente ou cópia do DUT, situação esta que recomenda providências no sentido de compelir o (desconhecido) proprietário atual a regularizar o registro.

Assim, determinarei o bloqueio de circulação do veículo (transferência e licenciamento), medida requerida na inicial e autorizada pelo E. TJSP: Ap. nº 0003934-48.2009.8.26.0390, 6ª Câmara de Direito Público, Des. Rel. Sidney Romano dos Reis; AC nº 0047784-48.2009.8.26.0554, 13ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Luciana Bresciani.

1000007-38.2014.8.26.0566 - lauda 2

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação tão-somente para determinar o bloqueio de circulação (transferência e licenciamento) do veículo; o réu decaiu de parte mínima do pedido, de modo que CONDENO a autora em custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00.

O impresso RENAJUD, referente ao bloqueio, deverá ser juntado aos autos digitais pela serventia.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**